



Eleições: economia em alerta

Carlos Sviontek (*)

O ano de 2017 foi de estabilização da economia, com o controle da inflação e a redução significativa de juros

As equipes lideradas por Henrique Meirelles (Ministro da Fazenda) e Ilan Goldfajn (Presidente do Banco Central) iniciaram a recuperação do mercado de crédito e o aumento dos salários reais, favorecendo o aumento de investimentos e crédito corporativo. Mesmo com as notícias positivas no segundo semestre de 2017, as previsões para o ano de 2018 ainda são nebulosas.

Embora tudo indique que o crescimento do PIB brasileiro em 2018 seja de 2,5 a 3%, as eleições presidenciais, que ocorrerão em outubro (1º turno), nublam o cenário de médio e longo prazo.

Em relação ao pleito, o mercado tem como maior receio a eleição de um candidato de esquerda (Lula, ou como segunda opção Ciro Gomes), que provavelmente implicaria em um retrocesso em todas as mudanças estruturais realizadas pelo atual governo (Teto de gastos, TLP e Reforma Trabalhista) e em um agravamento do cenário econômico.

No outro extremo da disputa, encontra-se o deputado Jair Bolsonaro (PSC-RJ), que embora tenha tentado emplacar um discurso supostamente 'liberal' em alguns eventos, deu várias demonstrações de ser contrário as reformas e defende com frequência a intervenção estatal na economia, também visto com maus olhos pelo mercado.

Seguindo os dados do mercado, o cenário deve permanecer estável em relação a juros (7% a.a.) e inflação (4% a.a.), porém deve encontrar grande volatilidade cambial durante todo o ano. O boletim Focus (cerca de cem institui-

ções financeiras ouvidas pelo Banco Central) prevê que o dólar americano deva finalizar o ano de 2018 cotado em R\$ 3,30, porém a oscilação deve quebrar a barreira dos R\$ 4 (cenário eleitoral negativo) ou dos R\$ 3 (cenário eleitoral positivo).

Pensando nisso, as empresas devem tomar muito cuidado na hora de captar recursos, principalmente no que se refere ao índice em que o empréstimo será indexado. Só assim será possível evitar surpresas no médio prazo com possíveis alterações do próximo governo. Logo o planejamento de uma dívida estruturada é a opção mais segura para fugir dos produtos de prateleira de bancos comerciais.

Além das eleições, outros dois fatores complicadores podem desestabilizar o quadro: a realização das reformas estruturais propostas pelo governo Temer e o risco associado à classificação do Brasil pelas agências de rating.

A não aprovação da reforma da previdência, a principal em discussão, poderia representar a gota d'água para o rebaixamento perante as agências, que por consequência, diminuiria a quantidade de investimentos estrangeiros no país e também poderia impossibilitar o governo de emitir títulos no exterior, perdendo uma importante fonte de financiamento.

Ou seja, esse cenário desafiador vai exigir muita maturidade e paciência de todos os empreendedores brasileiros, principalmente no segundo semestre do ano.

Antes de tomar decisões importantes, será fundamental analisar os mais variados cenários para que a possível instabilidade do mercado não acabe gerando grandes perdas.

(*) - Formado em Administração pela universidade Federal do Paraná, é diretor da Legacy Partners (www.legacypartners.com.br).

Puigdemont admite derrota: "isso terminou"



Líder separatista catalão, Carles Puigdemont.

O ex-presidente da região da Catalunha, Carles Puigdemont, reconheceu o processo independentista terminou e que seus correligionários lhe "sacrificaram" como candidato após o "trunfo" dos planos do governo central da Espanha. A rede de televisão espanhola Telecinco divulgou várias mensagens de celular de Puigdemont ao deputado autônomo e ex-conselheiro do seu gabinete, Toni Comín, captadas por uma de suas câmeras em Bruxelas.

Puigdemont e Comín permanecem em Bruxelas para fugir da ação da Justiça espanhola. Eles são investigados por rebelião e insurreição ao alimentar o processo separatista. A rede de televisão afirmou ontem (31) que Puigdemont enviou essas mensagens a Comín, pouco depois de tomar conhecimento do adiamento do debate de posse no Parlamento regional.

O ex-presidente, que era candidato à reeleição, pretendia ser empossado a distância, opção que tinha sido refutada pelo Tribunal Constitucional. O presidente do Parlamento, Roger Torrent, anunciou o adiamento do debate até a solução dos diferentes recursos judiciais a essa medida. "Voltamos a viver os últimos dias da Catalunha republicana", diz Puigdemont. "O plano de Moncloa (governo espanhol) triunfa, só espero que seja verdade e que graças a isso possam sair todos da prisão porque senão o ridículo é histórico", escreve.

Puigdemont diz a Comín que "isso terminou" e que os seus companheiros o "sacrificaram". "Suponho que você tenha claro que isso terminou. Os nossos nos sacrificaram, pelo menos a mim. Vocês serão conselheiros (espero e desejo) mas eu já estou sacrificado", concluiu (ABR/EFE).

Senado poderá aprovar fim de impostos sobre medicamentos

O Plenário do Senado está pronto para promover a primeira sessão de discussão, em primeiro turno, de proposta que proíbe a cobrança de impostos sobre medicamentos de uso humano

Apesar de ter recebido parecer pela rejeição na Comissão de Constituição e Justiça, recurso apresentado pelo seu autor, o senador Paulo Bauer (PSDB-SC), permitiu a continuidade de sua tramitação.

A proposta havia recebido parecer favorável, na forma de substitutivo, do relator, o falecido senador Luiz Henrique (PMDB-SC). Mas, durante sua discussão e votação na comissão, acabou prevalecendo parecer alternativo, contrário à iniciativa sob argumento de inconstitucionalidade, capitaneado pela senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR). Como a rejeição da proposta não teve o apoio unânime, Bauer decidiu apresentar recurso e levar a decisão sobre o assunto para o Plenário.

Ao defender a rejeição, Gleisi ponderou que a redução de carga tributária prevista resultaria



"Se não pagamos imposto por pensamento ideológico, por informação e por fé, porque vamos pagar pela dor?", questiona o autor da proposta.

em impacto negativo sobre os orçamentos estaduais e municipais. Isso ocorreria tanto pela redução da arrecadação de IPI nas localidades que sediam indústrias farmacêuticas quanto pela queda nos repasses dos

Fundos de Participação dos Estados e dos Municípios. "Não sou contra a redução de tributos sobre medicamentos, mas não podemos solucionar o problema criando um problema maior", argumentou Gleisi à época.

Polícia Federal pede 600 delegados, mas Governo dá 50

Hoje, faltam quase 600 delegados na instituição, 2.000 agentes e 800 escrivães. São números que merecem atenção, pois a PF atende a todo o território nacional nas mais diversas tarefas de polícia judiciária, lidando com um nítido aumento do número de investigações e ampliação da prestação de serviços em atividades estratégicas para a segurança pública, como o controle migratório, de armas, segurança privada, produtos químicos, pornografia infantil, entre outras.

Para agravar ainda mais o cenário, há uma série de vacâncias previstas decorrentes de aposentadorias. A própria ADPF (Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal) já alertou que, até o final do ano que vem, 400 delegados deverão se aposentar. E a reposição não será realizada como deveria. Há decreto que determina a abertura de concurso público para a PF sempre que a quantidade de vagas em aberto superar 5% do total existente para um determinado cargo.

Mas essa abertura depende da confirmação do Ministério do Planejamento da existência de verba para a sua realização. E, agora, somente 50 vagas para delegado foram autorizadas. "Autorizar 50 vagas para delegado sabendo que o déficit é de cerca de 600 demonstra, no mínimo, um descalço para com o trabalho da PF, sobretudo, na área investigativa. Sem delegado, não é possível dar um bom andamento aos inquéritos policiais e às outras missões que a própria PF desempenha no país inteiro", afirma a delegada Tania Fernanda Prado Pereira, diretora da ADPF-SP (ADPF).

Rio de Janeiro vive "situação complexa" na área de segurança

O secretário de Segurança do Rio, Roberto Sá, disse ontem (31) que o governo estadual vem "trabalhando para que instituições possam dar cada vez mais respostas" que visem o combate às ações do crime organizado no estado do Rio. Sá fez uma avaliação do conflito a partir do fechamento da Linha Amarela, uma das mais importantes estradas da capital fluminense, ontem. O confronto se deu após a morte de três traficantes da Cidade de Deus em troca de tiros com policiais militares.

"Nós estamos trabalhando para que as instituições possam dar cada vez respostas a ações como estas e que as forças de segurança possam minimizar e, se possível, impedir que isto continue acontecendo. A polícia do Rio, apoiada até por forças federais, faz o que está ao seu alcance para evitar que fatos como os de hoje continuem a acontecer", afirmou o secretário.



Secretário de Segurança Pública do Rio, Roberto Sá.

Ele comentou ainda que o Rio vive uma situação complexa, onde somente no ano passado quase 500 fuzis apreendidos pelas forças de segurança. "Numa situação complexa, enfrentando uma realidade de que a cada abordagem de carros suspeitos e apreensão de armas, tropeça-se em um fuzil, isso tem que gerar uma reflexão", afirmou. Disse também que a polícia está trabalhando para inverter esta situação, e lamentou que muitas das vezes se paga com a

vida dos próprios PMs. Roberto Sá afirmou que apesar de a PM trabalhar com estrutura precária, onde tem carro quebrado, helicóptero quebrado, chega a prender 4 mil pessoas por mês. "Nós apostamos muito na decisão do governador [Peção] de criação do fundo estadual de segurança pública que vai dar ao gestor um mínimo de previsibilidade para poder trabalhar e de ter investimento para a polícia poder trabalhar", avaliou (ABR).

Cristiane defende STJ para julgar validade de sua nomeação

A defesa da deputada federal Cristiane Brasil (PTB-RJ) defendeu ontem (31) a competência do STJ para julgar a validade de sua nomeação para o cargo de ministra do Trabalho. Em manifestação enviada ao STF, os advogados sustentam que não há óbices legais para a posse de Cristiane, que foi suspensa por meio de liminar proferida pela presidente da Corte, ministra Cármen Lúcia. O caso voltará a ser julgado nas próximas semanas.

Na petição, a defesa diz que a nomeação não afrontou o princípio constitucional da moralidade e que, sendo assim, deveria prevalecer a decisão do STJ que liberou a posse da deputada. Os defensores de Cristiane também argumentam que os processos trabalhistas enfrentados pela parlamentar não podem ser usados para impedi-la de ser empossada.

"A decisão agravada, no en-



Deputada federal Cristiane Brasil (PTB-RJ).

tanto, é absolutamente insustentável, uma vez que não há qualquer violação ao princípio da moralidade, uma vez que a ora reclamada, ao ter ajuizada contra si uma reclamação trabalhista e resistir à pretensão do autor, está exercendo o seu legítimo direito de ação e do devido processo legal", diz a defesa.

A nomeação de Cristiane Brasil foi anunciada pelo presi-

dente Temer no dia 3 de janeiro, mas a deputada foi impedida de tomar posse por força de uma decisão liminar do juiz Leonardo da Costa Couceiro, da 4ª Vara Federal de Niterói, proferida em 8 de janeiro. Couceiro acolheu os argumentos de três advogados que, em ação popular, questionaram se a deputada estaria moralmente apta a assumir o cargo (ABR).

Motorista com livre escolha para fazer revisão

As revisões de carro fora das oficinas credenciadas ou autorizadas pelo fabricante não poderão implicar perda da garantia do veículo, se o projeto do deputado Alexandre Valle (PR-RJ) for aprovado pela Câmara dos Deputados.

Ele destaca que hoje, para manter a garantia do veículo, "os proprietários são obrigados a fazer a revisão em oficinas autorizadas, as quais lhes impõe valores surreais em cada revisão".

O parlamentar ressalta que a Constituição é taxativa ao assegurar que ninguém poderá ser compelido a associar-se ou a permanecer associado. O objetivo do deputado, com o projeto, é conferir às oficinas descredenciadas "igualdade com as autorizadas, de modo que os proprietários dos veículos possam escolher onde e com quem fazer suas revisões".

Segundo o texto, os itens obrigatórios exigidos pelo fabricante em suas revisões de garantia deverão ser observados pelas oficinas descredenciadas, ficando as mesmas obrigadas a comprovarem, por meio de nota fiscal anexada ao manual do veículo, os serviços executados e possíveis trocas de peças originais. A proposta será analisada, em caráter conclusivo, pelas comissões de Desenvolvimento Econômico; de Defesa do Consumidor; e de Constituição e Justiça (Ag.Câmara).